



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 6.762, DE 2002**

**(Do Sr. Wilson Cignachi)**

Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, inserindo dispositivo que obrigue as prestadoras de serviços de telecomunicações a utilizarem tarifação local para chamadas telefônicas originadas e terminadas em um mesmo município.

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-6711/2002.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras de serviços de telecomunicações a utilizarem tarifação local para chamadas telefônicas originadas e terminadas em um mesmo município.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar aditada do seguinte artigo:

“Art. 78-A. As prestadoras de serviço de telecomunicações, tanto na modalidade fixa quanto na móvel, estão obrigadas a utilizarem tarifação local para qualquer ligação telefônica que seja originada e terminada em um mesmo município.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Algumas empresas prestadoras de serviços de telecomunicações vêm aplicando tarifação de longa distância para chamadas telefônicas realizadas dentro de um único município. É o caso, por exemplo, da CRT Brasil Telecom, no Estado do Rio Grande do Sul. Essa prática vem causando enormes transtornos à população, que vê, indignada, seus custos de telecomunicações subirem de forma assustadora.

Muitos usuários desses serviços residem em um distrito e trabalham em outro, dentro do mesmo município. Não podemos concordar que tais cidadãos sejam obrigados a arcar com os elevados custos de ligações interurbanas, sem mesmo saírem do território municipal. Ocorre que, alheias ao clamor da população, as empresas prestadoras dos serviços não sensibilizam-se com a questão, basicamente em função de uma eventual diminuição dos vultosos lucros que as ligações interurbanas proporcionam.

Em nosso entendimento, o novo modelo brasileiro de telecomunicações foi estruturado para em primeiro lugar, servir melhor à população brasileira. É inaceitável que um vácuo da legislação seja aproveitado pelas concessionárias para cobranças absurdas. Está é a

motivação do presente projeto de lei, pois acreditamos que tais problemas serão solucionados com a inserção de dispositivo na Lei Geral de Telecomunicações de vedação de cobrança de tarifação de longa distância para as chamadas realizadas dentro de um mesmo município.

Dada a relevância da questão e, principalmente, pelo alcance da medida que propomos, encarecemos o apoio de todos os parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 2002.

Deputado WILSON CIGNACHI

<p><b>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</b></p>
---

**LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997**

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM ÓRGÃO REGULADOR E OUTROS ASPECTOS INSTITUCIONAIS, NOS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8, DE 1995.

.....

**LIVRO III**  
**DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES**

**TÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

.....

**CAPÍTULO III**  
**DAS REGRAS COMUNS**

.....

Art. 78. A fabricação e o desenvolvimento no País de produtos de telecomunicações serão estimulados mediante adoção de instrumentos de política creditícia, fiscal e aduaneira.

TÍTULO II  
DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO

CAPÍTULO I  
DAS OBRIGAÇÕES DE UNIVERSALIZAÇÃO E DE CONTINUIDADE

Art. 79. A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público.

§ 1º Obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica, bem como as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

§ 2º Obrigações de continuidade são as que objetivam possibilitar aos usuários dos serviços sua fruição de forma ininterrupta, sem paralisações injustificadas, devendo os serviços estar à disposição dos usuários, em condições adequadas de uso.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------